

**PELO DIREITO
À TERRA E À
SOBERANIA
ALIMENTAR:**
Vamos às urnas mostrar
nosso Poder Popular

Plebiscito: a força do povo na democracia

A participação popular direta é um direito do povo. Está na essência do conceito de Estado Democrático de Direito. A Constituição Brasileira determina que “a soberania popular será exercida pelo voto direto e secreto, e também pelo plebiscito, referendo e pela iniciativa popular.” (art. 14)

Mas a prática de consultar diretamente o povo está longe de ser concretizada. Diante disto, a sociedade civil tem lançado mão de plebiscitos populares para que o povo possa se manifestar sobre problemas relevantes que atingem a todos. Tem grande valor simbólico e mostra que o povo está atento às grandes questões nacionais.

Realizar um plebiscito popular, mais do que juntar votos é um instrumento para a sociedade refletir sobre um tema e posicionar-se diante dele. E neste momento é sobre a realidade agrária brasileira

VOTO

Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra

Secretaria do Fórum (Plebiscito)
SDS, Bloco P - 36, Ed. Venâncio III, Sala 204
CEP: 70393-900 - Brasília-DF
Fone: (61) 3323-1770 - Fax: (61) 3321-4130
e-mail: forumcpt@caritas.org.br
e-mail: comunicacao@limitedaterra.org.br
www.limitedaterra.org.br

LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA

**UM DIREITO DO POVO
UM DEVER DO ESTADO**

**Você sabia que em
pleno século XXI,
um em cada seis
habitantes do planeta
passa fome**



Segundo as últimas estimativas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), pela primeira vez na história, a humanidade ultrapassou a barreira de um bilhão de pessoas que passam fome no mundo. É a prova da desigualdade social que reina em nosso planeta.

No Brasil um dos grandes responsáveis pela miséria e a fome, que ainda persistem, é a concentração da propriedade da terra. O Censo Agropecuário de 2006, feito pelo IBGE, mostra que dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil, 2.477.071 têm menos de 10 hectares e ocupam pouco menos que sete milhões e oitocentos mil hectares (2,36% da área). Na outra ponta, menos de 1% dos estabelecimentos rurais (46.911), com área acima de hum mil hectares, ocupam mais 146 milhões de hectares (44% das terras). Os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares - só 15.012 - ocupam 98.480.672 hectares.

Esta histórica aberração tem que ter um fim. É preciso estabelecer um limite para a propriedade da terra se o Brasil quiser fazer valer um dos objetivos fundamentais da república que é o de **“erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”** (artigo 3º, inciso III da Constituição)

Por isso, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo está propondo a realização de um Plebiscito Popular, para que os cidadãos e cidadãs deste país se manifestem sobre a necessidade e a oportunidade de se estabelecer um limite à propriedade da terra.

**É HORA DE
ARREGAÇAR AS MANGAS
E NOS COLOCAR EM
AÇÃO!**

Limitar o tamanho da propriedade, uma exigência do bom senso

O limite para a propriedade da terra não é uma novidade. Muitos países o adotaram com sucesso. Na Coreia do Sul, Malásia, Japão, Filipinas e Tailândia a redistribuição da terra foi um instrumento para o desenvolvimento econômico e social.

Países que estabeleceram limites para a propriedade no século XX:

País	Ano (lei agrária)	Hectares (limite)	País	Ano (lei agrária)	Hectares (limite)
Japão	1946	12	Índia	1972	21,9
Itália	1950	300	Sri Lanka	1972	20
Coreia do Sul	1950	3	Argélia	1973	45
Taiwan	1953	11,6	Paquistão	1977	8
Indonésia	1962	20	El Salvador	1980	500
Cuba	1963	67	Nicarágua	1981	700
Síria	1963	300	Bangladesh	1984	8,1
Egito	1969	21	Filipinas	1988	5
Peru	1969	150	Tailândia	1989	8
Iraque	1970	500	Nepal	2001	6,8

Fonte: Carter, Miguel. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, Editora da Unesp, 2010, p. 48.

Por que limitar a propriedade da terra?

A pequena propriedade familiar:

- ▶ Produz a maior parte dos alimentos da mesa dos brasileiros: toda a produção de hortaliças, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo; 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves.

- ▶ Emprega 74,4% das pessoas ocupadas no campo (as empresas do agronegócio só empregam 25,6% do total.)

- ▶ A cada cem hectares ocupa 15 pessoas (as empresas do agronegócio ocupam 1,7 pessoas a cada cem hectares).

- ▶ Os estabelecimentos com até 10 hectares apresentam os maiores ganhos por hectare, R\$ 3.800,00.

A concentração de terras no latifúndio e grandes empresas

- ▶ Expulsa as famílias do campo, jogando-as nas favelas e áreas de risco das grandes cidades;

- ▶ É responsável pelos conflitos e a violência no campo. Nos últimos 25 anos,

- ▶ 1.546 trabalhadores foram assassinados. Houve uma média anual de
- ▶ 2.709 famílias expulsas de suas terras!
- ▶ 13.815 famílias despejadas!
- ▶ 422 pessoas presas!
- ▶ 765 conflitos diretamente relacionados à luta pela terra!
- ▶ 92.290 famílias envolvidas em conflitos por terra!

- ▶ Lança mão de relações de trabalho análogas ao trabalho escravo. Em 25 anos 2.438 ocorrências de trabalho escravo foram registra-das, com 163 mil trabalhadores escravizados.



▶ Qual o limite?

O Fórum propõe um limite de 35 módulos fiscais, que é uma referência, estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento e a vida digna de uma família. Varia de região para região (entre cinco e 110 hectares) e é definido para cada município de acordo com a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo e as condições de acesso.

O limite de 35 módulos significa uma variação entre 175 hectares, em casos de imóveis próximos às capitais com boa infraestrutura e fácil acesso aos mercados consumidores e 3.500 hectares, em boa parte da região da amazônica.

Confira as variações dos módulos fiscais em seu estado:

Estado	Módulo Máximo (em hectare)	Módulo Mínimo (em hectare)	Mais Frequente (em hectare)
Região Norte			
Rondônia	60	60	60
Acre	100	70	100
Amazonas	100	10	100
Roraima	100	80	80
Pará	75	5	70
Amapá	70	50	70/50
Tocantins	80	70	80
Região Sul			
Rio Gr. do Sul	40	5	20
Santa Catarina	24	7	20
Paraná	30	5	18
Região Nordeste			
Maranhão	75	15	75
Piauí	75	15	70
Ceará	90	5	55
Rio Gr. do Norte	70	7	35
Paraíba	60	7	55
Pernambuco	70	5	14
Alagoas	70	7	16
Sergipe	70	5	70
Bahia	70	5	65
Região Sudeste			
Minas Gerais	70	5	30
Espírito Santo	60	7	20
Rio de Janeiro	35	5	10
São Paulo	40	5	16
Centro-Oeste			
Mato Gr. do Sul	110	15	45
Mato Grosso	100	30	80
Goiás	80	7	30
Distrito Federal	5	5	5

Fonte: INCRA

Vamos à luta:

A realização e o sucesso do plebiscito dependem única e exclusivamente da participação e do empenho de cada um, de cada entidade, organização e pastoral, uma vez que não existe nenhum apoio público e da mídia. Representa a força e a determinação de quem acredita em que algo pode ser feito para corrigir esta absurda concentração de terras que acaba por excluir milhões de famílias de terem seus direitos protegidos.

- ▶ Fale, comente e divulgue, também pela internet e redes sociais (orkut, twitter), o plebiscito para seus amigos, sua família e colegas de trabalho.

- ▶ Integre-se aos comitês locais ou estaduais que vão organizar o Plebiscito.

Na Semana da Pátria:

- ▶ Intensifique a divulgação;

- ▶ Ajude a organizar os locais de votação;

- ▶ Participe de alguma mesa de votação;

▶ VOTE;

- ▶ Assine o abaixo-assinado que será levado ao Congresso Nacional para que seja votada uma emenda constitucional que determine um limite ao tamanho das propriedades;

- ▶ Na hora de escolher seus governantes e representantes para o Senado e a Câmara dos Deputados, vote naqueles que se comprometem a aprovar a Proposta de Emenda Constitucional PEC 438 que confisca as propriedades onde se pratica o trabalho escravo, e que proponham uma emenda à Constituição para que seja determinado um limite à propriedade;

- ▶ Não vote naqueles que sempre defenderam o direito absoluto à propriedade sem se preocupar com os direitos dos outros.